

Pela escrita de outra(s) história(s) da educação: da criação dos espaços de memória escolar em Sergipe a possibilidades de pesquisas acerca da cultura juvenil

Towards the writing of other educational histories: from the creation of public school memory spaces in Sergipe to research possibilities on youth culture

Simone Paixão Rodrigues*
João Paulo Gama Oliveira**
Rosemeire Marcedo Costa***

Palavras-chave:
Acervos escolares
Cultura juvenil
História da Educação

Resumo: O presente texto tem como objetivo apresentar fontes sobre a cultura juvenil sergipana, que estão salvas nos arquivos de três escolas da rede pública de ensino do estado de Sergipe, o Centro de Excelência Atheneu Sergipense, o Instituto de Educação Rui Barbosa e o Colégio Estadual Murilo Braga. Apropriando-se dos aportes teóricos e metodológicos da História da educação e do diálogo com os conceitos de Cultura Juvenil (Pais, 2003), Cultura Escolar (Viñao Frago, 1995), Herança Educativa (Felgueiras, 2017), Patrimônio Educativo (Pizzigoni, 2022), as análises aqui empreendidas mostram como esses acervos possibilitam escrever outras histórias dos alunos e seus protagonismos. Revelam discentes que se formaram a partir do que era ensinado e aprendido, da obediência e da transgressão, da ordem e das normas, dos modos de vida e de pensar, que produziram uma cultura que dialogava e se impunha no contexto social e político, que se constituiu e se definiu como cultura juvenil forjada.

Keywords:
School collections
Youth culture
Education's history

Abstract: The following text aims to present sources about Youth Culture from Sergipe, which are safeguarded in the archives of three public schools in the state, The *Centro de Excelência Atheneu Sergipense*, the *Instituto de Educação Rui Barbosa* and the *Colégio Estadual Murilo Braga*. Drawing on theoretical and methodological contributions of the History of Education and engaging the dialogue of the concepts of Youth Culture (Pais, 2003), School Culture (Viñao Frago, 1995), Educational Legacy (Felgueiras, 2017), and Educational Heritage (Pizzigoni, 2022), the analyses presented here demonstrate how this collection allows the writing of alternative history of students and their protagonism. It discloses that students are shaped from what was taught and learned, by obedience, and transgression, order, and norms, the ways of living and thinking. That created a culture that dialogues and enforces itself in the social and political context, that formed and defined wh as a forged young culture.

Recebido em 1º de abril de 2025. Aprovado em 20 de maio de 2025.

* Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Professora Adjunta do Departamento de Educação (DEDI/UFS). E-mail: simonepaixao10@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4640-1865>.

** Doutor em Educação (UFS). Pós-doutor em Educação (UNESP). Professor Adjunto do Departamento de Educação (DEDI), e dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: profjoapaulogama@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9683-5413>.

*** Doutora em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Professora Adjunta do Departamento de Educação (DED/UFS). E-mail: rose.marcedo@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-7217-3187>.

Introdução¹

Inventariar, estudar e preservar são os primeiros passos na criação de uma identidade dos contextos escolares. Mas este trabalho ficará incompleto se não se colaborar no tratamento mais geral desses materiais, que permite dar-lhes visibilidade, participando na melhoria da qualidade cultural da cidade. Essa qualidade irá manifestar-se na capacidade em lidar com a memória coletiva local nas vertentes formal e informal da educação (Felgueiras, 2005, p. 99).

Em concordância com tal perspectiva, desenvolve-se um trabalho no estado de Sergipe em três escolas públicas da rede estadual de ensino, vinculado ao Grupo de Pesquisa História da Educação: sujeitos, patrimônio e práticas educativas (Hescolar), cumprindo os desafios de “inventariar”, “estudar”, “preservar” além de produzir conhecimento a partir dos acervos escolares entendidos aqui como patrimônio educativo. Neste sentido, o presente texto tem como objetivo problematizar a salvaguarda e apresentar possibilidades de pesquisas com três acervos de espaços de memória escolar, a saber: o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (Cemas), o Centro de Educação e Memória da Formação Docente do Instituto de Educação Rui Barbosa (Cierb) e o Centro de Educação e Memória do Colégio Estadual Murilo Braga (Cembra).

Concordamos com a perspectiva de Gonçalves (2009, p. 31), para o qual “o patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir”. Assim, uma série de pesquisadores da história da educação tem se dedicado a “agir” em prol do patrimônio educativo, em uma perspectiva de não só usufruir dos acervos que estão nas distintas instituições educativas, mas trabalhar pela sua preservação, salvaguarda e promoção do bem histórico, cultural e social importante para a construção de nossas identidades. Neste sentido, o pesquisador espanhol Agustín Escolano Benito compreende que:

[...] a ideia de patrimônio se associa à de identidade e reforça ao mesmo tempo, o valor da tradição. Até pouco tempo, os bens da escola foram excluídos dos arquivos da memória oficial,

uma memória marcadamente seletiva, interessada, principalmente, em fatos e obras notáveis. Agora esses bens são buscados, conservados e difundidos, porque nos pertencem e nos definem como sujeitos histórico-culturais. Eles fazem parte de nosso relato, sobretudo desde que a experiência escolar passou a fazer parte das formas universais de sociabilidade. Justamente por isso, estamos cada vez mais decididos a salvaguardá-los, uma vez que eles são essenciais no processo de constituição de uma identidade coletiva (Benito, 2017, p. 273-274).

No processo de “constituição de uma identidade coletiva” que coloca a escola como instituição social central, pensamos que

a salvaguarda do patrimônio educativo advém de diferentes finalidades perpassadas pelo dever de preservar, de legar para o futuro um passado considerado crucial na constituição da história da instituição educacional e seus sujeitos” (Oliveira; Chaloba, 2023, p. 23).

Em uma tentativa de definição do patrimônio educativo Pizzigoni conceitua:

El patrimonio cultural escolar comprende todo lo relativo a la vida didáctica de la escuela, así como a su vida institucional y normativa; todo lo relativo a los alumnos y al director, a los profesores, a todos los operadores; asimismo, comprende todos aquellos elementos que vinculan la vida escolar con la vida de la comunidad del territorio que rodea a ese centro escolar. Se trata de una densa red de planos, en múltiples niveles, que se entrelazan de una manera a menudo indivisible o sin límites claros. Hasta la fecha, sigue sin existir una definición clara de la categoría de «bien cultural escolar», lo que, además, socava las operaciones de salvaguarda y protección de estos bienes que, a menudo, se dejan al azar o a la buena voluntad de los distintos profesores o de la mayor o menor sensibilidad de los directivos (Pizzigoni, 2022, p. 11)

Apropriando-se desses escritos, é possível problematizar como os alunos integram o patrimônio educativo, em seus diferentes níveis de ensino. Sem alunos não existe processo de ensino-aprendizagem, não há escola, logo também esses sujeitos e sua produção, assim como a

produção referente a eles, fazem parte do patrimônio educativo. De maneira particular ao tratarmos de alunos jovens que participaram de instituições secundárias, os arquivos históricos, objetos da cultura material escolar e mesmo os prédios dessas instituições que os abrigaram, podem ser considerados fontes para a compreensão da cultura juvenil.

De acordo com os estudos de Pais (2003), a cultura juvenil é compreendida como

o sistema de valores socialmente atribuídos à juventude (tomada como conjunto referido a uma fase de vida), isto é, valores a que aderirão jovens de diferentes meios e condições sociais (Pais, 2003, p. 69).

Tais valores podem ser “mais ou menos prevalecentes e diferentemente vividos segundo os meios sociais e as trajetórias de classe em que os jovens se inserem” (Pais, 2003, p. 69).

Deste modo, pensamos aqui a cultura juvenil como um conjunto de práticas sociais e culturais da juventude que em meio às regras, normas de comportamentos e valores impostos pela sociedade, se relaciona, se sociabiliza, partilha códigos e estabelece formas e modos de vidas que a demarcam no tempo e espaço. Compreender como essa cultura se constituiu, e quem são os jovens que a produziram, comumente tem sido um percurso investigativo de outras áreas e campos de pesquisa, a exemplo da Sociologia. A complexidade e riqueza que a cultura juvenil, como objeto de investigação possui, motivam e mobilizam cada vez mais pesquisadores da história da educação, que direta ou indiretamente, direcionam os olhares de Clio para esse tipo de cultura.

Para tanto, os historiadores desse campo de pesquisa, no arcabouço de seus objetos de investigação, lançam mão de uma gama de fontes custodiadas nos arquivos escolares que têm como finalidade salvaguardar o patrimônio educativo das instituições de ensino que pertencem, tornando-se assim “lugares de memórias” (Nora, 1993), da educação, e se materializando como templos sagrados para a compreensão do passado da instituição, dos fenômenos educativos, dos professores, dos diretores, dos funcionários e, especialmente, dos alunos.

Adentrar nesses templos como pesquisadores do passado, pode oportunizar a compreensão da cultura juvenil que, em meio à cultura escolar estabelecida, constituiu jovens alunos e alunas que mobilizados em diversos contextos criaram seus espaços de sociabilidade, estabeleceram seus códigos, suas estratégias e protagonizaram suas histórias. Entendemos a cultura escolar como um “conjunto de teorias, princípios ou critérios, normas e práticas consolidadas ao longo do tempo no seio das instituições educativas” (Viñao Frago, 1998, p. 69). É importante perceber como os modos de fazer e de pensar – mentalidades, atitudes, rituais, mitos, discursos, ações – amplamente compartilhados nos espaços escolares foram interiorizados ou não pelos discentes.

Viñao Frago (1998) destaca que:

Uma visão mais ampla de cultura escolar faria a distinção entre a subcultura acadêmica e dos professores, e outras como a dos alunos – enquanto costumes e regras, como grupo social dentro e fora da instituição educativa – e a dos pais ou famílias com suas expectativas perante o sistema escolar (Viñao Frago, 1998, p. 169).

Neste sentido, investigar como a cultura juvenil dialogou com a cultura escolar coloca em alto-relevo os modos de pensar e atuar que os discentes constituíram e como foram vistos e representados dentro e fora das instituições educativas. Salienta também como as instituições escolares preservaram, ou não, documentos e demais artefatos escolares que muito têm a dizer sobre a cultura juvenil produzida dentro de um processo em diálogo direto com a cultura escolar. Nesta perspectiva, os acervos escolares são predominantemente lugares que, devidamente problematizados, podem nos aproximar de história dos processos educativos, das práticas culturais, dos sujeitos escolares, e, em especial, dos alunos que criam e recriam sua própria cultura, aqui compreendida como cultura juvenil. Com este pensamento, tratamos a seguir dos acervos escolares, sua constituição e identificação como patrimônio educativo e, logo depois, discutimos algumas perspectivas de utilização dos documentos salvaguardados, como fontes para os estudos da cultura juvenil.

Acervos escolares como *locus* de pesquisa e produção de conhecimento na história da educação: três escolas públicas de Sergipe

o conjunto dos artefactos e dos afetos que as comunidades interligam, ressignificam e que podem ser partilhados por grupos mais vastos sob a transmissão da cultura, as vivências da condição de criança/ aluno/estudante e adulto/professor/mestre, implica essa invenção da escola como circunstância de vida, espaço relacional num quadro físico e social estruturado (Felgueiras, 2005, p. 155).

No trecho exposto, a pesquisadora Margarida Louro Felgueiras não só define e apresenta o conceito de herança educativa, mas também situa a escola como guardião daquilo que “faz parte do nosso viver em conjunto, da construção da identidade coletiva” (Felgueiras, 2017, p. 67), extrapolando assim os limites de suas funções, comumente compreendidas como pedagógicas e formativas. A escola, por meio de seu arquivo, seleciona, separa, organiza e tipifica aquilo que produziu e registrou no exercício de suas atividades administrativas e pedagógicas. Como também, infelizmente, descarta de forma indiscriminada, sem qualquer acompanhamento técnico ou mesmo critérios de seleção, documentos que representam a memória histórica educacional da instituição e da sociedade. Assim, os acervos escolares, constituindo-se sobretudo de arquivos, mas também composto por museus, bibliotecas e mesmo centros de memória, não podem e nem devem ser definidos, de forma tão reduzida, como um espaço de armazenamento.

É preciso compreendê-lo, especialmente, como guardião das heranças educativas, como bem define e defende Felgueiras (2017), e/ou do patrimônio educativo, definido por Silva (2020) como “um conjunto complexo de bens/artefatos, materiais e/ou imateriais resultantes e/ou produzidos em contextos educacionais formais e/ou não formais situados temporal e espacialmente” (Silva, 2020, p. 206).

Nesta compreensão, urge (re)pensarmos os acervos escolares a partir das suas potencialidades do conjunto da sua documentação, que além de ser

fonte para pesquisa em história da educação, constituem-se como vestígios do passado da instituição, dos sujeitos e da comunidade, como tal podem ser vivenciados por diferentes sujeitos que integram tal comunidade. Dentro da perspectiva de que tais vestígios, quando problematizados, produzem histórias, fortalecem identidades e culturas de um povo e abrem espaços para escrita de outra(s) história(s) da educação, colocando o aluno como centro do processo educativo.

Compreender a origem econômica desses discentes, sua étnica, o gênero e em que momento ocorreram mudanças nos perfis que frequentavam tais escolas, como também apreender suas relações com perspectivas macro, como legislações educacionais e propostas nacionais em voga, pode nos possibilitar compreender lutas, embates, resistências, perdas e ganhos de jovens nos seus processos educativos múltiplos e plurais. De modo a permitir que esses sujeitos, muitas vezes invisibilizados nas pesquisas da história da educação, ocupem um lugar central e possam ter seus nomes, itinerários e desafios também registrados quando tratamos do passado educacional brasileiro.

Não se deve ignorar que é por intermédio do arquivo escolar, daquilo que ele custodiou e salvaguardou, que nasceram três centros de memórias de três instituições de ensino brasileiras que apresentamos a seguir: Cemas, Cierb e Cembra.

Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (Cemas)

Sou seu acervo especial, cheio de Lembranças e boas memórias... Minha personalidade é fazer parte do “Atheneu Sergipense” contando um pouquinho dos lindos ciclos que a instituição passou!

“Oh Eva! Fale um pouco sobre nós! Hoje estamos tendo a oportunidade de mostrar à comunidade escolar que nós temos uma riqueza documental. Pois o que somos hoje, enquanto escola, foi construído, há 154 anos. A comunidade tem esse sentimento de pertencimento, mas a História valida todo esse processo de formação”.

(Joana Costa, aluna da 1ª série do Ensino Médio do Centro de Excelência Atheneu Sergipense, 2023).

Os escritos da estudante Joana Costa, aluna do ensino médio, acerca do Cemas e sua idealizadora, Eva Maria Siqueira Alves, apontam para um elemento crucial no âmbito do patrimônio que é a identidade. Segundo Souza (2013, p. 212): “É preciso reconhecer que uma das principais justificativas para a preservação do patrimônio cultural é a sua relevância para a construção da identidade dos sujeitos e de suas relações com o tempo e o espaço e para a construção da memória”. Aspectos que podemos dimensionar a partir do excerto que abre o tópico para tratarmos do Cemas.

Criado pela pesquisadora Eva Maria Siqueira Alves após a conclusão da sua tese de doutoramento sobre o Atheneu Sergipense (Alves, 2005), o “Centro de Memória do Atheneu Sergipense” parte de um desejo particular da referida autora que após pesquisar no arquivo da escola, que na época não possuía nenhum tratamento arquivístico, não mediu esforços e retirou do papel o projeto de organização e salvaguarda da documentação histórica da importante instituição de ensino².

Desde o início da sua criação, o Cemas sempre ocupou uma das salas do Centro de Excelência Atheneu Sergipense, situando-se e concretizando-se como parte indissociável da instituição, seja na sua arquitetura, seja no seu organograma, seja na sua cultura escolar ou na sua história. Com o apoio das agências financiadoras, a exemplo da Fapitec e do CNPq, o Cemas foi se erguendo com solidez como um lócus de referência em pesquisa sobre a história da educação, como bem explica a sua fundadora:

A equipe esteve formada por alunos bolsistas do Programa de Institucional de Iniciação Científica (PIBIC)/r/CNPq/FAPITEC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIIC/UFS), Programa de Bolsas de Extensão (PIBIX/UFS), alunos do mestrado e doutorado em Educação da UFS e voluntários, que além de organizar o CEMAS, fizeram uso daquelas fontes, frutificando em teses de Doutorado, dissertações de Mestrado, Trabalhos de Conclusão de Cursos, livros, capítulos de livros, artigos em revistas e eventos científico (Alves, 2015, p. 30).

Após duro e valoroso trabalho de localização, identificação, inventariação, higienização,

catalogação, acondicionamento em pacotes, a documentação do Cemas que abrange o período de 1870 a 1970 foi numerada, organizada em mais de 200 caixas arquivos, com cerca de mais 90.000 páginas.

A documentação mais deteriorada passou por um processo de digitalização e arquivamento digital (em torno de 8.000 páginas), compondo o volume 1 do CD-ROM do Acervo Digital do Cemas (Alves, 2015, p. 32).

Inicialmente, a documentação acondicionada em pacotes e caixas arquivos foi guardada em estante de aço, e em 2014 foi assinado um Termo de Cooperação entre a Universidade Federal de Sergipe e a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura de Sergipe, o qual estabelece uma parceria entre as instituições visando apoio financeiro e logístico para manutenção e salvaguarda do acervo. Em 2019, o Cemas recebeu da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura de Sergipe, os arquivos deslizantes, nos quais, com maior espaço e melhor logística, está disposta toda a sua massa documental. Nesse mesmo ano, o termo de cooperação foi renovado e estabeleceu que o Cemas seria gerido pela parceria UFS e Seduc, contando com docentes da Universidade e da Seduc na gestão, além dos estagiários da Seduc, graduandos da UFS, como também mestrands e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS.

Seguindo o processo de organização arquivística, o acervo documental do Cemas está em um único Fundo:

[...] denominado Atheneu Sergipense, dentro do período de 1848 a 1970, que expressa elementos administrativos e pedagógicos. Seis são os livros nomeados de “Guia de Fontes”. Dois abrangem o período de 1848 a 1950, identificando os documentos subdivididos em dez séries (Atas, Atestados Médicos, Boletins, Cadernetas, Correspondências, Exames e Concursos, Imprensa, Livros de Ponto, Livros de Registros, Matrículas e Transferências), e duas subséries (Correspondências Expedidas e Recebidas). Outros dois livros “Guia de Fontes”, compreendendo o período de 1950-1970, apresentam a mesma divisão que o anterior. Há também o “Guia de Fontes da Arcadia Literária Estudantil do Atheneu Sergipense”, que identifica

os documentos dessa agremiação estudantil, subdividido nas séries: Concursos de Poemas, Correspondências, Documentos Oficiais, Ficha dos Sócios, Imprensa, Livros de Atas, Livros de Registros. Livros e Desenhos, Monografias para Concursos da Arcádia, Poesias, Panfletos, Cartazes. Por fim, o livro “Guia de Fontes Iconográficas” que cataloga as fotografias relacionadas ao Atheneu Sergipense e localizadas no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, que revelam professores em excursões, aulas práticas, laboratórios, reuniões e quadros localizados no CEMAS. Completam o acervo do CEMAS móveis e livros que os arcades recebiam por doação (Alves, 2015, p. 32-33).

Em 2021, a partir dos documentos localizados no acervo virtual da Biblioteca Nacional, em pesquisas realizadas por bolsistas na pandemia da Sars-Covid 19, foi organizado o “Guia de Fontes do Atheneu Sergipense na Biblioteca Nacional”, no qual consta a catalogação dos documentos relacionados ao Atheneu Sergipense que estão salvaguardados na Biblioteca. Em 2023 foi construído o Guia dos Diários Oficiais da União que o Cemas possui, e em 2024 o espaço de memória volta-se para o trabalho com documentos entre as décadas de 1970 e 1990.

O Cemas tem desenvolvido várias atividades de visitação e oficinas de pesquisas históricas com alunos do ensino médio do Atheneu Sergipense e com alunos de graduação e da pós-graduação da UFS, unindo suas finalidades ao currículo escolar e acadêmico. A certeza de que o Cemas continua pujante com ações e práticas como essas, revela o seu estreitamento dos laços com a comunidade escolar e comunidade científica, em especial da História da Educação. Demonstra o compromisso que todos que fazem e fizeram o Cemas têm com o patrimônio educativo, uma vez que o trabalho ali realizado se conecta com a perspectiva de que “o patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas” (Gonçalves, 2009, p. 31).

Esse compromisso do Cemas tem inspirado outros projetos de salvaguarda do patrimônio educativo, a exemplo do Centro de Educação e Memória da Formação Docente do Instituto de Educação Rui Barbosa e do Centro de Educação e Memória do Colégio Estadual Murilo Braga, que serão apresentados a seguir.

Centro de Educação e Memória da Formação Docente do Instituto de Educação Rui Barbosa (Cierb)

Lembro-me como hoje a caminho da Escola, elas iam

Elas, passavam em grupos
de blusas brancas e saias azuis
como em bando voavam
as andorinhas pelo céu

[...]

(Ana Maria Machado da Silva, 1992 *apud* Freitas, 1995, p. 12).

O trecho do poema “As Normalistas”, recitado por Ana Maria Machado da Silva, revela não só um pouco das memórias e das representações da Escola Normal de Sergipe, mas também sua importância na história da educação de Sergipe e especialmente na história da formação de professores primários. A imagem das normalistas compôs o cenário urbano de Aracaju da primeira metade do século XX e situa aquela instituição de ensino como espaço de formação de professores e lócus de vestígios das práticas de ensino para ensinar. Os resquícios de seu passado são dotados de valores históricos e atravessam as memórias afetivas, educativas, culturais, sociais e políticas.

De acordo com os estudos de Alves (2005), a história da criação da Escola Normal de Sergipe tem sua gênese em 1870, quando foi criado o curso Normal no Atheneu Sergipense³. Passando por várias instabilidades na oferta, no prédio, no público atendido, a história da Escola Normal de Sergipe, na contemporaneidade Instituto de Educação Rui Barbosa (Ierb), está intimamente ligada à história da formação docente em Sergipe, deixando de ofertar o curso normal desde a segunda década do século XXI e passando a ofertar outros cursos profissionalizantes.

Ao longo dos anos, o Ierb despertou interesses de pesquisadores e sensibilizou-os para a importância de seu acervo com mais 100 anos de histórias registradas em papéis, objetos, móveis, prédios, imagens e nas memórias de seus sujeitos. É inegável a importância de seu acervo documental e material, a sua salvaguarda se tornava cada vez mais urgente para todos que por ali passaram como

pesquisadores, visitantes, professores, alunos, gestores e autoridades.

Assim, em 2021 foi criado o Projeto: “Instituto de Educação Rui Barbosa e seu acervo: ‘lugar de memória’ da formação docente em Sergipe”, desenvolvido em mais uma parceria entre a Universidade Federal de Sergipe com a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura, sob a coordenação dos professores da UFS, Eva Maria Siqueira Alves, Rosemeire Marcedo Costa e João Paulo Gama Oliveira. No que se refere à Seduc/SE, o Projeto contou como integrantes, a equipe gestora e professores da instituição, além da equipe do Arquivo Público do Estado de Sergipe (Apes) e um grupo de nove estudantes dos cursos de graduação em Museologia e em História da UFS, bolsistas do Programa de Estágio Não Obrigatório da UFS em parceria com a Seduc. No início das atividades, o projeto contou com o efetivo trabalho de nove estagiários.

Entre os meses de setembro de 2021 e outubro de 2022 iniciou-se a primeira fase do Projeto, que teve como objetivo inventariar e salvaguardar a documentação no recorte temporal de 1875, datação do documento mais antigo localizado no acervo, até 1946, quando a Escola Normal Rui Barbosa, por força da Lei Orgânica do Ensino Normal nº 8.560, de 2 de janeiro daquele ano, estabeleceu que as Escolas Normais brasileiras deveriam mudar sua composição para curso ginásial de formação de professores primários, de especialização do ensino normal e da administração escolar, assim como passaram a chamar-se Institutos de Educação. Como na documentação localizada havia vestígios de que permaneceu sendo tratada como Escola Normal até 1947, o projeto estendeu o recorte final para 1947.

A equipe trabalhou em um primeiro momento para identificar a documentação, separar o material dentro do recorte estabelecido e, a posteriori, procedeu-se a higienização, catalogação, acondicionamento, limpeza do espaço de trabalho, adequação à Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), e, por fim, a confecção de um guia de fontes.

O inventário da primeira fase do Projeto possibilitou identificar 454 documentos provenientes do Fundo Ierb, que foram distribuídos

nas seguintes tipologias documentais: Atas: exames, promoção, aprovação; Atestados: médico, de matrícula; Boletins, Folhetos e Jornais; Certificados e Diplomas; Diário de Classe; Disciplinas: conteúdo programático das disciplinas; Fotografias; Guias de Pagamento; Legislação: Portarias, Decretos, Pareceres, Regulamentos, Regimento; Livro de Ponto: docente e administrativo; Livros de Registro: notas (Arguição), relação de médias, plano de aula, provas; Matrículas e Transferências; Relatórios; Requerimentos e Restituição.

O trabalho com essa documentação e demais objetos que foram localizados ao longo da primeira fase, seguindo o processo de organização arquivística, está na segunda fase, na qual estão realizando a catalogação. Paralelamente, a equipe do Cierb desenvolve projetos de visitação e oficinas em parceria com alunos e professores da educação básica e de graduação da UFS, visando divulgar o acervo e o trabalho já realizado, e, especialmente, sensibilizar a comunidade escolar e universitária sobre a importância da preservação do patrimônio educativo do Instituto de Educação Rui Barbosa, que formou centenas de professores que atuaram e atuam nas escolas de Sergipe.

O Cierb estreita e fortalece ainda mais a relação da Universidade Federal de Sergipe com a educação básica, sobretudo com a sociedade sergipana, que conta com o compromisso institucional de preservação da história da formação docente da “antiga” Escola Normal de Sergipe.

Centro de Educação e Memória do Colégio Estadual Murilo Braga (Cembra)

“Estudai como se cada dia tivésseis de viver; vivei como se cada dia tivésseis de morrer”. Esse pensamento veio à tona e encaxei-o perfeitamente ao dia de hoje. Lançando um olhar retrospectivo através dos tempos, vemo-nos crianças frequentando as 1ª escolas, ingressando no ginásio, cursando o pedagógico para tornarmos professoras. Quantos sonhos, desejos, ambições e ideais entrelaçados. Nós crianças de ontem, que neste momento nos encontramos aqui presentes, recebendo um diploma tão esperado, éramos até hoje um grupo de jovens que levava adiante todas as iniciativas de estudo. Estávamos sempre

contentes conosco mesmas e com os outros
(Noronha, 2016 *apud* Costa 2016, p. 174).

O trecho do discurso da aluna Suzaneide Noronha, em 1963, na formatura do Curso de Formação de Professores Primários da Escola Normal Rural Murilo Braga⁴, revela o quanto essa instituição de ensino faz parte da memória e da história dos alunos, dos docentes, da cidade de Itabaiana/SE e da educação de Sergipe. Revela, também, o quanto o Murilo Braga, como é afetivamente conhecido por todos, tem um patrimônio educativo que fortalece os laços identitários de gerações de alunos, professores e demais sujeitos da escola.

Um conjunto de documentos e artefatos esquecidos em gavetas, armários de aço e de madeira, caixas e pastas plásticas e de papelão, amontoados em um canto de uma sala qualquer da instituição, em cima de birô, de cadeira ou de mesa que trazem em sua materialidade riscos feitos a lápis e caneta e/ou pela própria ação da natureza e do tempo, sensibilizou e mobilizou historiadores para a árdua tarefa de organizar o acervo histórico do Colégio Estadual Murilo Braga.

Capturados pelos olhos atentos de Clio, documentos e artefatos, aqui compreendidos como patrimônio educativo constituído dentro de uma cultura escolar, impulsionaram pesquisadores, movidos pelo mesmo senso e compromisso da idealizadora e fundadora do Cemas e do Cierb, a desenvolverem projetos de pesquisa e de extensão visando à salvaguarda da documentação histórica e à criação do Centro de Educação e Memória do Murilo Braga⁵, que teve início em 2017, por meio do projeto de pesquisa “História da Educação em Sergipe: instituições, sujeitos, impressos e patrimônio educativo”.

O referido projeto inicialmente teve como objetivo inventariar acervos da educação primária e secundária em diferentes localidades de Sergipe. A pesquisa analisava diferentes instituições educacionais, seus sujeitos, impressos, docentes, discentes e equipe administrativa, as disciplinas escolares e suas distintas finalidades e o patrimônio educativo, sendo prioridades os grupos escolares e as escolas secundárias juntamente aos seus patrimônios e impressos. Além das ações de pesquisa, foram

desenvolvidas atividades de extensão realizadas em três escolas de Sergipe por meio do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (Cemas), Centro de Educação e Memória da Formação Docente do Instituto de Educação Rui Barbosa (Cierb) e do Projeto Acervo do Colégio Estadual Murilo Braga: inventariar e salvaguardar histórias de uma instituição educacional secundária (1949-1969).

O Projeto, entre 2022 e 2024, foi desenvolvido em parceria com a direção do Colégio e com a Seduc que, por meio do Programa de Estágio Não Obrigatório, disponibiliza bolsistas, alunos do curso de Pedagogia da UFS, Campus Professor Alberto de Carvalho. As bolsistas seguiram as orientações da organização arquivística, realizaram inventário, limpeza, descrição e catalogação de todo o acervo documental e material localizado dentro dos diversos espaços e armários do Colégio Estadual Murilo Braga.

Ao longo do processo de organização e salvaguarda já foram inventariados e catalogados cerca de 500 documentos, dentre os quais estão cadernetas, fichas individuais de alunos e funcionários, livros de pontos, livros atas, livros de registros de despesas e de correspondências, relatórios, correspondências expedidas e recebidas, fotografias, livros didáticos, livro de ouro de formaturas, recibos, notas fiscais, atestados, boletins e outros.

Higienizados, separados, empacotados e guardados em um armário de aço, esperam a liberação de uma sala dentro do Colégio, onde futuramente será instalado o Centro de Educação e Memória do Murilo Braga. É o que se deseja!

Enquanto aguarda a sala, o Projeto, além de dar continuidade aos trabalhos de preservação da memória e da história, desenvolve outras atividades de extensão visando divulgar os trabalhos já realizados. Em novembro de 2023, dentro das comemorações dos 74 anos do Colégio Estadual Murilo Braga, a equipe montou uma exposição sobre a história da instituição de ensino contada a partir da documentação localizada no acervo. Além dessa documentação, também foram apresentados vídeos com depoimentos de ex-alunos, ex-professores e demais funcionários que, emocionados, registraram suas memórias afetivas do

Colégio Estadual Murilo Braga e externaram a alegria e o entusiasmo em saber do projeto. O espaço também recebe alunos dos cursos de graduação da UFS para realização de oficinas e trabalho com o acervo documental. Espera-se, com essas ações iniciais, em breve criar o Centro de Educação e Memória do Murilo Braga, que aos poucos ganha forma, força e sensibiliza cada vez aqueles que fizeram parte de sua história.

Fontes para cultura juvenil

Ilmo Sr, Raimundo Shaun M. D. – Secretário do Grêmio Pré-Politécnico deste Colégio Atheneu Sergipense.

Tenho o prazer de acusar o ofício nº 1, comunicando a esta Diretoria a eleição da Diretoria que regerá os destinos desse grêmio neste ano.

Agradecendo a fineza da comunicação, desta Diretoria, faz votos pela prosperidade desta útil associação.

Felte Bezerra – Diretor (Livro de Correspondências da Diretoria, 1941).

O registro no Livro de Correspondências do Atheneu Sergipense agradecendo o recebimento da comunicação sobre a eleição da diretoria da associação estudantil, o Grêmio Pré-Politécnico, não só revela a existência de agremiações estudantis dentro daquela instituição de ensino, mas, especialmente, evidencia traços da cultura juvenil nos idos da década de 1940. Uma cultura formada no seio das relações que os jovens estabeleciam dentro dos diversos espaços sociais, culturais e políticos, que direta ou indiretamente, contribuiu para a formação de uma juventude que se reunia, movia, escrevia, sonhava, reivindicava e lutava para ser vista e ouvida.

Os rastros da cultura juvenil produzida dentro e fora dos espaços escolares, muitas das vezes nas fronteiras do que não era permitido, podem ser encontrados entre os diversos papéis, fotografias e objetos salvaguardados nos arquivos e centros de memória das instituições de ensino. É certo que, de forma consciente ou não, por falta de espaço ou não, as escolas tendem a descartarem tudo aquilo que o aluno produz sobre ele, guardando apenas aquilo ela

produziu burocraticamente sobre o aluno. Tais documentos têm muito valor histórico, social e cultural, mas não mais e nem menos que os vestígios dos alunos, presentes nos documentos produzidos por eles mesmos. Estes, certamente, para além das representações do passado presentes nos documentos produzidos pelas escolas, carregam em si o DNA dos jovens que obedeciam e desobedeciam, riam e choravam, gritavam e silenciavam, reivindicavam e aceitavam, amavam e odiavam, discutiam, planejavam, refletiam, sonhavam e lutavam por um mundo melhor para si e para os outros. São documentos que imprimem sonhos, desejos, alegrias e encantos e desencantos da juventude pretérita que ganhou forma, valores e produziu uma cultura que traz na sua essência as marcas do proibido e do permitido.

Assim, aos pesquisadores da História da Educação que enveredam pela cultura juvenil cabe adentrar aos acervos escolares tomados de disposição para compreenderem quem eram os jovens que em meios às normas, regras, valores, vigilância e punições, foram inculcados, moldados, se moldaram e se representaram. Criaram formas de sociabilidades e deixaram em cada jornalzinho produzido, agremiação fundada, ata registrada, artigo e poema escritos, suas formas de ver e sentir o mundo e tudo era imposto como elemento indispensável para sua formação como ser social, cultural e político.

Os vestígios do passado da juventude de outrora padecem de um olhar mais apurado de pesquisadores dispostos a querer compreender a juventude para além do que produziram, selecionaram e guardaram sobre ela. Para tanto, é urgente sensibilizar e mobilizar pesquisadores e agentes do poder público para a garantia da salvaguarda da memória e da história da juventude. É imperiosa a necessidade de criar e fortalecer ações de

um maior conjunto de pessoas sensíveis e responsáveis por um patrimônio que extrapola as relações educativas e contribui para a construção da identidade coletiva, da cidadania (Oliveira; Chaloba, 2023, p. 362).

No quadro a seguir apresentamos alguns dos documentos salvaguardados no Cemas, Cierb e no

Cembra, que, se questionados, podem auxiliar na compreensão da história dos jovens alunos, das práticas educativas, dos ritos e formas de educar do Atheneu Sergipense, do Murilo Braga e do Instituto de Educação Rui Barbosa, na compreensão da cultura juvenil.

Quadro 1 – Fontes para estudos sobre a Cultura Juvenil

Cemas	Cierb	Cembra
Atas, atestados médicos, boletins, cadernetas, correspondências, exames livros de ponto, livros de registros de compras de materiais de agremiações, livros de penalidades, livros de visitantes, livros de matrículas e transferências, correspondências expedidas e recebidas, jornais, livros de recortes de jornais, ficha dos sócios das agremiações estudantis, estatutos das associações estudantis, imprensa estudantil, desenhos, teses e monografias para concursos das agremiações, poesias, panfletos, cartazes.	Atas diversas, atestados médicos, boletins, cadernetas, correspondências, exames, livros de ponto, livros de registros de compras de materiais, livros de matrículas e transferências, correspondências expedidas e recebidas, jornais, panfletos, cartazes.	Atas, atestados médicos, boletins, cadernetas, correspondências, exames, livros de registros de compras de materiais de agremiações, livros de visitantes, livros de matrículas e transferências, correspondências expedidas e recebidas, ficha dos sócios das agremiações estudantis, estatutos das associações estudantis, panfletos, cartazes.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos guias de pesquisas do Cemas, Cierb e Cembra (2025).

O quantitativo e valor matemático dos documentos salvaguardados nos acervos que diretamente ou indiretamente dizem respeito à história dos jovens alunos, e consequentemente da sua cultura, ainda não foi possível estimar, mas, sem sombra de dúvida, o valor histórico e a potencialidade de cada documento como representação do passado da juventude estudantil de

Sergipe é real e legítimo se observado a partir das pesquisas desenvolvidas desde a criação do Cemas, como exemplo destacamos os trabalhos de Vidal (2009), Rodrigues (2015; 2020), Rodrigues (2016) e Santana (2024), que adentraram os acervos e se apropriaram de parte da documentação elencada no Quadro 1, que ao serem cruzadas com outras fontes dispostas em outros arquivos, construíram seus objetos de pesquisas que revelaram traços da cultura juvenil.

Possivelmente, os jornais os estudantis, órgãos oficiais ou não das agremiações estudantis, e que, comumente, a maioria não está salvaguarda nos arquivos e centros de memória das instituições de ensino, tenham sido os documentos mais consultados, considerando que os pesquisadores, ao descreveram seus procedimentos teóricos e metodológicos, elegeram os impressos estudantis como fontes principais.

A escolha pelo jornal estudantil como principal fonte não silenciou os outros documentos que contribuíram para construção dos estudos. Documentos como correspondências, fichas de alunos, teses e monografias para concursos das agremiações, atas de agremiações e das reuniões da direção e professores das instituições de ensino auxiliaram a compreender a complexidade dos objetos investigados e apresentar traços da cultura juvenil de outrora. Tomamos como exemplo os livros e fichas de matrículas, documentos comuns e quase que obrigatórios na lista de importância do que deve ser guardado e preservado nos arquivos e centros de memórias escolares. Esses documentos, exaustivamente consultados e analisados pelas pesquisadoras Rodrigues (2015; 2020), Vidal (2009), Rodrigues (2020) e Santana (2024), contêm em suas páginas importantes informações sobre a identidade dos alunos. Em suas linhas foram registrados não só o nome, filiação e data de nascimento, mas, também, local de nascimento, raça, endereço, credo religioso, profissão dos pais, e em muitos possuem observações sobre comportamento, aproveitamento e saúde dos discentes. Questionados e analisados, tais documentos revelam a identidade do discente demonstrando quem era, de onde era, qual credo religioso seguia, a qual classe social e racial pertencia, como se comportava e se relacionava com o outro e com as formas de aprendizados.

Esses alunos identificados pelas fichas de matrículas, em meio às obrigações curriculares do seu cotidiano de estudos, criavam espaços de sociabilidades, se relacionavam socialmente e culturalmente com interno e externo escolar, se correspondiam e ultrapassavam as fronteiras geográficas e, particularmente, muitas vezes mantinham contato direto com autoridades políticas. É o caso dos vestígios localizados nos livros de correspondências emitidas e expedidas, preservados nos acervos, consultados e analisados pelas já citadas pesquisadoras. Neles, as pesquisadoras Rodrigues (2015; 2020) e Santana (2024) identificaram que os alunos e alunas que faziam parte das agremiações estudantis enviavam e recebiam ofícios do governador do Estado, dos secretários dos governos, dos diretores das instituições de ensino e das diretorias das associações estudantis de Sergipe e da Bahia.

Ora, essas informações garimpadas nos acervos escolares confirmam a grandeza desses “lugares de memórias” como verdadeiros lócus de estudos sobre a cultura juvenil, e apontam as lentes de pesquisas para um dado provocativo sobre os alunos do passado, que abandonavam a figura do agente passivo do ensino e aprendizagem e assumiam o ativismo não só nas aulas das demais disciplinas escolares, mas, especialmente, nas relações nos espaços e hierarquia de poder e no cenário social, cultural e político. Eram alunos que tinham voz e vez, que solicitavam reuniões não só com os diretores das instituições de ensino, mas com o governador e demais secretários do estado, demonstrando, assim, que ainda temos que aprender sobre o universo da cultura do juvenil, sobre o que era ser aluno nos séculos XIX e XX, como se viam e se faziam ser vistos e ouvidos.

Neste sentido, nos Livros de Visitas, em especial os salvaguardados no Cemas e Cembra, podemos investigar como os alunos eram vistos por aqueles que visitavam as escolas. Em meio aos vários elogios registrados nos comentários dos visitantes, é possível perceber que os alunos seguiam e obedeciam às regras das instituições e se comprometiam com a imagem que a instituição primava e transmitia para a sociedade. Há relatos, por exemplo, do encantamento dos visitantes com o comportamento e rendimento dos alunos, mas, em especial, com a

eloquência e erudição dos alunos membros dos grêmios estudantis.

No que se refere à existência de agremiações estudantis e presença delas nos arquivos e centro de memórias das instituições escolares, citamos os estatutos e as fichas dos sócios salvaguardados no Cemas e Cembra. Tais documentos são cruciais para a produção do conhecimento histórico sobre as formas de sociabilidade e organização coletiva dos alunos. Certamente, esses documentos contribuíram e contribuem para construção do Grêmio Literário Clodomir Silva, Arcádia Literária do Atheneu Sergipense e do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Murilo Braga. Por esses documentos é possível compreender as finalidades das agremiações, a identidade dos sócios, as atividades culturais e políticas organizadas pelos agremiados, mas é importante especialmente compreender como os alunos se organizavam, debatiam, reivindicavam, criavam normas, exerciam o espírito democrático e de colaboração tão comum e necessários dentro dos órgãos colegiados estudantis.

Diante do que foi brevemente apresentado sobre as fontes salvaguardadas nos centros de memória, é certo declarar que perceber a documentação presente no quadro aqui apresentado, como fonte potente para os estudos sobre a cultura juvenil, é também perceber a potencialidade dos acervos escolares e pôr em prática o que nos ensina Benito (2017, p. 77) sobre a escola como instituição social, que “abriga entre seus muros situações e ações de copresença, que resultam em interações dinâmicas”. E como tal, carrega em seus acervos marcas dessas interações, que salvaguardadas ou não dentro dos moldes da arquivista, permitem ao pesquisador “fazer falar essas materialidades leva a abrir a memória que nelas está inserida e a intuir ou explicitar os discursos que as constituíram” (Benito, 2017, p. 225). E assim, apreender como agente importante dessas interações que se inventa e reinventa entre ritos e normas, práticas e projetos e reformas educacionais.

Além das pesquisas já realizadas com a documentação aqui apresentada, o acervo documental sobre a cultura juvenil salvaguarda, naqueles arquivos escolares, o que não se esgotou nas possibilidades de pesquisas, pois é dotado de um valor histórico que mobiliza e mobilizará

pesquisadores ávidos para compreender a juventude moldada e que também molda, que representa e apresenta ideais e valores adquiridos na escola e para além de seus muros.

Dentro desta perspectiva, defendemos que esses acervos escolares que possuem, entre outras funções, a possibilidade de serem utilizados como fonte para que os estudos das culturas juvenis sejam patrimonializados, pois:

A construção da identidade individual e coletiva também passa pela escola, seus interesses, finalidades e os “restos” com os quais podemos acessar esse cotidiano escolar que ainda estão presentes em escolas patrimonializadas com acervos repletos de subjetividade no complexo jogo da memória e a edificação dos “lugares para lembrar” do seu passado. (Oliveira; Chaloba, 2023a, p. 23).

Entre esses “lugares para lembrar” constam três centros de memórias, escolas que nos desafios do dia a dia integram a universidade com a educação básica. A construção do conhecimento com os sujeitos produtores estabelece pontes entre sujeitos de ontem e de hoje, na luta incessante por dotar esses espaços de problematizações e reflexões que lancem luz para o passado, sempre incompleto e difícil de ser apreendido, inclusive no que se refere aos alunos e a cultura juvenil.

Considerações finais

La escuela es en sí misma un patrimonio. No solo en el sentido intangible y universalmente reconocido relacionado con su valor educativo y formativo, sino también como patrimonio material. De hecho, todos sus bienes didácticos históricos, junto con su mobiliario histórico, el propio edificio escolar y los archivos históricos documentales o de la biblioteca, constituyen el patrimonio cultural de la escuela. Es más: si queremos definir correctamente esta categoría de patrimonio cultural, cabe señalar que también incluye las huellas intangibles de la cultura escolar (recuerdos, costumbres, rimas y canciones infantiles, prácticas como «hacer cola» o la sirena, y mucho más), así como los rastros de la vida escolar cotidiana: las pintadas en las paredes, las

placas conmemorativas y las dedicatorias (Pizzigoni, 2022, p. 7).

Reiteramos que “a escola em si mesma é um patrimônio”. Ainda mais quando tratamos de um país com desigualdades abissais, como é o caso do Brasil. Tanto seu patrimônio material, como seus arquivos se constituem como um patrimônio que deve contar com a atenção não só de pesquisadores, mas também de políticas públicas voltadas para tal fim.

No âmbito da cultura juvenil precisamos pensar como as marcas deixadas, que perduraram no tempo, nos permitem problematizar a educação de dada época, sejam aquelas salvaguardadas nos acervos escolares, mas também as pinturas nas paredes das escolas, os escritos atrás das portas dos banheiros, os recados ou bilhetes amorosos trocados, as ameaças ditas ou registradas em alguns suportes, o cuidado, ou não, dos bens materiais de dada instituição de ensino por parte dos jovens daquele período histórico.

Ciente da imensidade dessas ações, nos limitamos aqui a tratar da atividade de salvaguarda do patrimônio educativo de escolas do estado de Sergipe. Em um primeiro momento, tal trabalho pode parecer uma atividade de trabalho administrativo de qualquer instituição escolar. Acreditam que o zelo que a equipe gestora empenha na escrituração escolar que compõe o arquivo recorrente estende-se a toda documentação e objetos produzidos na instituição. Infelizmente, as experiências, aqui apresentadas, que resultaram na organização dos arquivos escolares e criação de centro de memórias de três escolas públicas de Sergipe, revelam que ao longo das histórias daquelas instituições de ensino, em meio aos enredamentos burocráticos e demandas que os processos educativos exigem, a massa documental e os objetos de valor histórico se perdem e/ou são esquecidos nas gavetas, armários e caixas velhas da instituição.

No caso dos acervos das instituições de ensino Atheneu Sergipense, do Colégio Estadual Murilo Braga e do Instituto de Educação Rui Barbosa, a organização do arquivo, dentro das normas arquivísticas, partiu do interesse particular de pesquisadores que, após consultarem os documentos para o desenvolvimento de suas

pesquisas, se sensibilizaram e desenvolveram projetos cujas finalidades eram salvaguardar a documentação histórica daquelas instituições de ensino.

Essas iniciativas não só demonstram o compromisso desses pesquisadores, mas, principalmente, a capacidade e a importância das parcerias entre a Universidade Federal de Sergipe e a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura de Sergipe, em favor da preservação do patrimônio educativo brasileiro, permitindo assim que futuras pesquisas possam ser realizadas a partir da investigação de fontes diversas que, se problematizadas, permitem escrever a história da instituição, dos professores e demais funcionários, dos modos de ensinar, e ainda, especialmente, escrever a história do protagonismo dos alunos que se formaram a partir do que era ensinado e aprendido, da obediência e da transgressão da ordem e das normas, dos modos de vida e de pensar, que produziram uma cultura que dialogava e se impunha no contexto social e político, que se constituiu e se definiu como cultura juvenil forjada nas relações da juventude em diferentes espaços sociais e tempos. Juventude que, em seu processo de escolarização, pode auxiliar na (re)escrita de várias histórias da educação no vasto, diverso e plural território brasileiro.

Notas

1 Parte dessa discussão foi apresentada no XII Congresso Brasileiro de História da Educação: e-história da educação: acervos, fontes e territórios.

2 “Concluído o doutorado imperioso era organizar a aglomerada massa documental que tão grau serviu para o êxito da minha pesquisa. Destarte, apresentei, no ano de 2005, o projeto “Centro de Memória do Atheneu Sergipense” à Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe – FAPITEC, que, após sua aprovação, financiou a exposição comemorativa dos 135 anos do Atheneu Sergipense. A semente germinada fez brotar o CEMAS, com o objetivo de salvaguardar as fontes históricas do Atheneu Sergipense, parte significativa da história da educação de Sergipe” (Alves, 2005, p. 23).

3 A partir do ano de 1874 a formação de professores primários na Província de Sergipe sofreu não só separação, como também extinção e reestruturação: 1870 – criação do Atheneu Sergipense com dois cursos: Curso Normal e

Curso de Humanidades, como bem demonstra o quadro seguinte; 1874 – separação dos dois cursos, passando o Curso Normal a ministrar as suas aulas em um prédio específico; 1877 – criação de uma Escola Normal para o sexo feminino; 1889 – criação da Escola Normal para ambos os sexos (Governo Provisório de José Siqueira Menezes e Baltazar Góes); 1891 – extinção da Escola Normal mista (Escola Normal para ambos os sexos); 1897 – extinção da Escola Normal (Governo de Martinho Garcez); 1899 – restauração da Escola Normal (Governo de Olímpio de Souza Campos), prosseguindo sem instabilidades; 1923 – a Escola Normal Feminina passa ser denominada Escola Normal Rui Barbosa; 1947 – Escola Normal Rui Barbosa passou a ser chamada Instituto de Educação Rui Barbosa (Alves, 2005).

4 Desde o início dos anos 2000 denominada como Colégio Estadual Murilo Braga.

5 Esta não é a primeira e única iniciativa de preservação do acervo escolar do Colégio Estadual Murilo Braga. Em 2012 a professora e pesquisadora Silvana Costa, por meio de projetos de extensão e de pesquisa da Universidade Tiradentes, iniciou com alunos bolsistas os trabalhos de preservação e salvaguarda da memória e história do Colégio Estadual Murilo Braga, objetivando selecionar, organizar e catalogar a documentação histórica da instituição. “No entanto, o trabalho realizado durante o ano de 2012/02 e 2013 foi perdido, pois o Murilo Braga entrou em reforma e o prédio funcionou apenas com duas salas correspondentes ao serviço de secretaria. Todos os materiais, inclusive os documentos, foram distribuídos pela Secretaria de Educação em galpões em Aracaju e Itabaiana, neles sem permissão para o acesso, por questão de segurança. É importante ressaltar o empenho da equipe diretiva no apoio ao Projeto, na preocupação com os documentos, entretanto, existiram situações que impossibilitaram a ação mais direta na salvaguarda dos documentos embalados pelos transportadores” (Costa, 2016, p. 18).

Referências

BENITO, Agustín Escolano. **A escola como cultura:** experiência, memória e arqueologia. Trad. Heloísa Pimenta Rocha e Vera Lúcia Gaspar da Silva. Campinas: Alínea. 2017.

COSTA, Silvana Santana. **Histórias contadas e vividas:** memórias da Escola Normal Rural Murilo Braga de Itabaiana/Sergipe (1950-1972). Tese

(Doutorado em educação), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Inventariando a Escola do Futuro revisitando o Passado. *In*: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argumentum, 2005. 239 p.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Preservar a herança educativa: desafios, limites e possibilidades. *In*: ALVES, Luís Alberto Marques; PINTASSILGO, Joaquim (Coord.). **Investigar, intervir e preservar em história da educação**. Porto: CITCEM, 2017. p. 153-169.

FREITAS. Anamaria Gonçalves Bueno de. **"Vestidas de azul e branco": um estudo sobre as representações de ex-normalistas acerca da formação profissional e do ingresso no magistério, 1920-1950**. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Campinas, 1995.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2009. p. 25-33.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, João Paulo Gama; CHALоба, Rosa Fátima de Souza. "Com o mar por meio": patrimonialização escolar em instituições educativas luso-brasileiras. **História da Educação**, v. 27, p. 1-23, 2023a.

OLIVEIRA, João Paulo Gama; CHALоба, Rosa Fátima de Souza. O patrimônio educativo em tela: incursões pelos Anais dos Congressos Brasileiros de História da Educação (2011-2019). **Revista Linhas**, v. 24, n. 55, p. 339-367, 2023b.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. 2. ed. Lisboa: INCM, 2003.

PIZZIGONI, Francesca Davida. El método del «Patrimonialista»: el patrimonio escolar para reforzar la identidad y superar el aislamiento. **Los cuadernos de las Pequeñas escuelas**. Año 22. n. 9.1 – Herramientas Indire. Turim. Itália. 2022.

RODRIGUES, Cibele de Souza. **Letras estudantis em Sergipe: cultura escolar em impressos de alunos secundaristas de Aracaju na década de 1930**. 2020. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

RODRIGUES, Cibele de Souza. **O porvir, jornal literário e recreativo: propriedade de uma associação de estudantes do Atheneu Sergipense (1874)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2016.

RODRIGUES, Simone Paixão. **Com a palavra, os alunos: associativismo discente no grêmio literário Clodomir Silva (1934 – 1956)**. 2015. 337 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

RODRIGUES, Simone Paixão. **Com a palavra, os alunos: associativismo discente no grêmio literário Clodomir Silva (1934 – 1956)**. 1. ed. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2020.

SANTANA, Valéria Costa Moraes de. **Escrita das alunas nos jornais estudantis do Atheneu Sergipense (1942-1959)**. 2024. Dissertação

(Mestrado em Educação). São Cristóvão. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.

SILVA, Cristiani Bereta da. Patrimônio educativo. *In*: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (Org.). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 205-209.

SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do Patrimônio Histórico Escolar no Brasil: notas para um debate. **Revista Linhas**, v. 14, n. 26, p. 199-221, 2013.

VIDAL, Valdevania Freitas dos Santos. **O Necyda lus**: um jornal estudantil do Atheneu Sergipense (1909-1911). 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

VIÑAO FRAGO, António. **Tiempos escolares, tiempos sociales**. Barcelona: Editorial Ariel Practicum, 1998.